

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

INTELECTUAIS REGIONAIS E HISTÓRIA INTELECTUAL: INDAGAÇÕES SOBRE USOS, PROBLEMAS E POSSIBILIDADES.

Erivan Cassiano Karvat
(DEHIS/ Universidade Estadual de Ponta Grossa)
eckarvat@uepg.br

– SOBRE USOS

As indagações acerca da dita categoria *Intelectuais Regionais* – bem como a reflexão em torno das possibilidades de uma História Intelectual que tematize e problematize tais intelectuais e sua produção – são resultado de nossa vinculação ao Departamento de História (DEHIS) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), principalmente pelo contato com um significativo corpus documental que pertence ao Centro de Documentação e Pesquisa em História, laboratório que integra o referido Departamento. Mais especificamente, tal documentação se refere ao acervo do Centro Cultural Euclides da Cunha (CCEC), um círculo cultural criado na cidade de Ponta Grossa em finais dos anos 1940 e que atuou de forma bastante ativa na cidade, principalmente, ao longo da década de 1950 e que encerrou suas atividades em 1985 – com a doação do material para o Departamento de História.

O CCEC – composto, entre outros, por professores, jornalistas e radialistas autointitulados *euclidianos* e/ou *jagunços do Pitangui*¹, que atuavam no magistério e na vida cultural da cidade, tendo participado da criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1949) e da Faculdade de Direito (1957), mas principalmente representado pela figura de seu fundador-presidente e, possivelmente, maior incentivador da criação e existência da instituição, Faris Antônio Salomão Michaele (1911-1977)² – manteve correspondência com várias instituições nacionais e algumas estrangeiras, criando uma

¹ A menção aos *jagunços*, evidentemente, faz alusão aos personagens monumentalmente narrados por Euclides da Cunha, enquanto Pitangui se refere ao rio que banha Ponta Grossa e é responsável por grande parte do abastecimento de água da cidade. O que parece ter escapado aos integrantes do CCEC é que a expressão pode ter derivado do ioruba (*jagun* = guerreiro), portanto palavra portuguesa de origem africana. Ver CALASANS (s/d).

² Advogado de formação, Faris dedicou-se ao magistério, tendo sido Professor no Colégio Regente Feijó e Professor das cadeiras de Etnografia e Etnografia do Brasil no curso de Geografia e História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, em Ponta Grossa, além de ter sido um dos fundadores da Faculdade de Direito na mesma cidade. Foi também Diretor e Redator do Tapejara, desde sua fundação até 1976, além de Diretor do Museu (GUEBERT, 2018, p. 75).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

biblioteca no Centro (com obras históricas, sociológicas e antropológicas³), além de um Museu (1950). Ainda em 1950, a partir do mês de setembro, o CCEC passou a publicar o periódico *Tapejara*, que teria seu último número em 1976. Ressalte-se, nesse sentido, que dos 24 números publicados de *Tapejara*, 21 foram editados entre 1950 e 1959.⁴

Ao longo da produção daquela década, num contexto de profundas transformações (tanto próximas quanto gerais), os *euclidianos* – requerendo afiliação à *leitura* de Brasil desenvolvida em *Os Sertões*, de Euclides da Cunha (1902) e, com isso, envolvidos em debater a identidade nacional/regional num momento de tensão em função de mudanças estruturais que afetavam tanto o país quanto o estado do Paraná – reivindicaram uma interpretação assentada sobre a tradição historiográfica (e sociológica), pautando uma interpretação conservadora da história brasileira, apontando para possibilidades futuras do país. Tais opiniões, divulgadas no *Tapejara*, pareciam intencional estabelecer um discurso acerca de uma suposta identidade regional, colocando-se contrariamente, muitas vezes, às orientações historiográficas, sociológicas e antropológicas do próprio período. De maneira em geral, os euclidianos, inspirados por um panteão de heróis nacionais⁵, supunham a possibilidade de se projetar a afirmação de uma *brasilidade* identificada a uma matriz indígena (“indianismo), cabocla ou *sertaneja*. Neste sentido, também, evocavam Euclides da Cunha para combater Gilberto Freyre, que, segundo a compreensão dos integrantes do CCEC, produzira com *Casa-Grande e Senzala* (1933) uma interpretação que não poderia ser generalizada, pois não contemplava grande parte do Brasil. Enfim, em nome de um

³ O acervo do CCEC foi doado para a UEPG em 1995. Segundo levantamento são 4.390 títulos entre livros, livretos e dicionários, além de 354 títulos de revistas (nacionais e estrangeiras). Cf. GOMES, 2012.

⁴ N^{os} 1 e 2: 1950, 3-5: 1951, 6-8: 1952, 9-12: 1953, 13 e 14: 1954, 15 e 16: 1955, 17 e 18: 1956, 19: 1957, 20: 1958, 21: 1959. O número 22 se refere aos anos de 1960/61, o 23 foi publicado em 1970 e o 24 em 1976.

⁵ Tal panteão fica evidenciado nas *Cadeiras e Patronos* do CCEC, idealizado em 1949: 1 Couto de Magalhães; 2 Cândido Rondon; 3 Monteiro Lobato; 4 Coelho Neto; 5 Miguel Couto; 6 Humberto de Campos; 7 Farias Brito; 8 Aluizio de Azevedo; 9 Castro Alves; 10 Carlos de Laet; 11 Jackson de Figueiredo; 12 Oswaldo Cruz; 13 Clóvis Bevilacqua; 14 Francisco de Castro; 15 Gonçalves Dias; 16 Machado de Assis; 17 Rocha Pombo; 18 Alberto Torres; 19 Rui Barbosa; 20 Alexandre Rodrigues Ferreira; 21 Torquato Tapajós; 22 Visconde de Taunay; 23 Cardoso Fontes; 24 Casimiro de Abreu; 25 Henrique Bernadelli; 26 Emiliano Perneta; 27 Augusto dos Anjos; 28 Emílio de Menezes; 29 José de Alencar; 30 Capistrano de Abreu (apud GOMES, 2012).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

“indianismo” ou de certo luso-brasileirismo” (GUEBERT, 2018, p. 174), projetavam uma visão de história que parece pautada por tradicionalismo, provincianismo e espírito conservador, em um momento de profundas transformações tanto sociais quanto intelectuais no país, girando em torno da atenção ao sertanejo e ao interiorano – que ora é apresentado a partir de uma aproximação ao elemento indígena. Tal elaboração se encontra, entende-se, em uma chave *romantizada* ou ideal, mais do que efetivamente objetiva.

A insistência na afirmação do elemento indígena e na presença do sertanejo na construção de uma dada *brasilidade* – e que permite resumir o projeto do CCEC – parece se distanciar da perspectiva e produção sociológicas (bem como historiográficas) de seu tempo, produção que, então, “muda de aspecto, constituindo-se cada vez mais de estudos empíricos metodicamente conduzidos ou teorias empiricamente fundamentadas” (CANDIDO, 2006, p. 289). Neste sentido, por exemplo, poder-se-ia citar os trabalhos de Emilio Willems e, em particular, de *Cunha, tradição e transição numa cultura rural do Brasil*, de 1947, o qual “inicia o estudo dos agrupamentos caboclos, utilizando os métodos, inéditos entre nós, das pesquisas de comunidade”. Ainda que seja observável a existência do *Dicionário de Etnologia e Sociologia*, de 1939 – organizado com Herbert Baldus – no acervo particular de Michael, a menção ao sociólogo é quase nula, preferindo-se os determinismos oitocentistas do engenheiro às observações resultantes de trabalho sociológico de campo. Aos seguidores de tal abordagem os euclidianos se refeririam, ferinamente, como sendo os “mestres de gabinete”.

– SOBRE PROBLEMAS

Contudo, como já apontamos em outro momento (KARVAT, 2019), faz-se necessário lembrar que a existência do CCEC, em Ponta Grossa, longe de ser peculiar ou singular, enfatiza a presença, naquele mesmo momento, de um sem-número de outras instituições Brasil afora – principalmente localizadas no interior do país. Mesmo sem muito rigor, tal constatação pode ser percebida na rede em torno do *euclidianismo* no Brasil, para ficarmos no caso do CCEC ou, ainda, pela presença de diferentes associações culturais, casas de cultura, institutos históricos, academias literárias,

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

círculos de estudos, centros culturais ou de cultura, centros de letras, entre outros. Neste sentido, como exemplo, pode-se tomar a própria cidade de Ponta Grossa que, segundo a *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, de 1959, possuía, à época, além do Centro Cultural Euclides da Cunha, o *Centro Cultural Brasil-Estados Unidos*, o *Centro Cultural da Mocidade Ponta-grossense*, o *Círculo de Estudos Rocha Pombo*, e, ainda, a *Sociedade de Cultura Artística Brasília Itiberê* e uma *Sociedade Ponta-grossense de Amadores de Astronomia* (IBGE, 1959, p. 406).

Ainda mesmo que haja um número crescente de pesquisas interessadas nestes espaços de cultura, ou nestes grupos e em seus integrantes – bem como em suas sociabilidades, trajetórias, experiências – de modo em geral, o que se vê corriqueiramente é a dificuldade em caracterizar tais atores/personagens, problematizando-os adequadamente. Assim, é interessante perceber que se de um lado – de maneira ampliada – a discussão acerca da categoria *intelectual*, ainda que se coloque como um campo de disputas é algo consolidada, reclamando um tratamento sempre histórico e sociológico – de outro, de forma mais específica, quando são focados grupos e associações localizados em regiões periféricas (nas cidades do interior, por exemplo) e, principalmente, seus integrantes, geralmente alheios às instituições reconhecidas e/ou localizadas em grandes centros ou nas capitais dos estados, as aproximações acabam se intrincando pela dificuldade de designações mais adequadas.

Neste sentido tem sido frequente o uso das expressões *intelectual provinciano* (ou *intelectuais provincianos* ou *de província*), bem como *intelectual interiorano* (ou *intelectuais interioranos*) ou, ainda, *diletantes* para caracterizar tais experiências, sendo que há uma componente de extensão pejorativa em tais usos ou que, pode-se dizer, supõe pouca *problematização* em relação aos seus usos. Em outros termos, tendencialmente, são designações que prejudicam o entendimento da complexidade em torno destes personagens, marcando-os como atrasados, sem sofisticação, de mau gosto, superados, gerando “generalizações apressadas” e “aproximações duvidosas”, para usarmos expressões de Sirinelli (1996, p. 247). Crê-se, aqui, que a caracterização a partir destes aspectos não pode se dar *aprioristicamente* por uma questão quase que de relação espacial, marcada pela oposição metrópole X interior, que suporia a contraposição entre intelectuais (com *reconhecimento*) e intelectuais *interioranos*; de

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

mesmo modo as indagação acerca destas denominações também não podem ater-se exclusivamente às próprias autodefinições dos *grupos*, ainda que estas tenham sido um expediente recorrente por parte daqueles *intelectuais* e, por isto, um elemento fundamental para sua compreensão. Contudo, não podem ter a força de um *a priori* categorizador. Enfim, “o que significa ser um *intelectual* na *província*, ou na *periferia* dos centros urbanos, ou nos mundos culturais *locais*?” (PASOLINI, 2013, p. 190).

Miceli, falando acerca dos folcloristas dos anos 1950 – tema cuidadosamente trabalhado por Luz Rodolfo Vilhena (1995) – arrisca uma possível descrição e a partir da qual podemos aventar algumas questões:

(...) eram advogados ou médicos de profissão, com incursões pela imprensa, docência e política, quase todos polígrafos com uma produção intelectual intermitente, dedicando-se à pesquisa (...) de maneira bastante irregular. Na maioria dos estados, o serviço público era o principal mercado de trabalho para um contingente expressivo de folcloristas. As ligações estreitas de muitos deles com os institutos históricos e as academias de letras estaduais completavam as referências institucionais desses "intelectuais de província", a meio caminho entre o exercício de seus pendores literários e as exigências de rigor científico (...). Prensados entre modelos concorrentes e contrastantes do trabalho intelectual, num período de declínio do prestígio de que desfrutava o letrado em sintonia com as elites, não é de se estranhar que esses intelectuais amadores tenham buscado construir uma imagem da nação dando destaque à presença do regional (MICELI, 1998).

Algumas questões sobressaem a partir da observação acima. Cabe lembrar que tal texto foi retirado de uma breve resenha ao trabalho do referido Vilhena, orientado pelo próprio Miceli. A pesquisa de Vilhena trata especificamente da institucionalização do movimento folclórico no Brasil, entre o pós-guerra e o golpe civil-militar de 1964. Portanto, tal caracterização, se refere a um perfil específico, em um contexto histórico também marcado e que não pretende generalizar toda experiência intelectual produzida no interior ou nas regiões periféricas pelos chamados “intelectuais de província”. A que se perceber, por exemplo, as próprias inquietações do período em relação à institucionalização das Ciências Sociais no Brasil e, por efeito, da instauração de uma nova caracterização de intelectual (agora vinculado ao ambiente acadêmico,

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

universitário e especializado) e – não menos – às necessidades de se responder novas demandas (sociais, políticas, econômicas) que surgiam naquele contexto.

Luís Rodolfo Vilhena (1963-1997) tratou dos *intelectuais regionais* em artigo homônimo publicado na Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS), em 1996. Tal texto havia sido originalmente apresentado no 19º Encontro Anual da ANPOCS, em outubro de 1995, e era “uma versão ligeiramente modificada da segunda sessão do quinto e conclusivo capítulo” da tese de doutorado intitulada *Projeto e Missão: o movimento folclórico brasileiro – 1947/64* (VILHENA, 1996), defendida, em 1995, no PPGAS do Museu Nacional/UFRJ e publicada postumamente – com o mesmo título – pela Funarte e Fundação Getúlio Vargas em 1997.

Saliente-se que a versão primeira, apresentada no Encontro da ANPOCS, se intitulava “Entre o regional e o nacional: folcloristas na década de 1950”, sem menção direta (alguma) à expressão *intelectuais regionais*, não havendo nenhuma ocorrência ao termo em seu conteúdo e nem mesmo no conteúdo da tese, sendo o termo usado apenas no título do artigo publicado na RBCS. Assim, ainda que haja menções a *intelectuais polivalentes* no conteúdo do artigo e referências, no texto da tese, a *intelectuais tradicionais*, *intelectuais acadêmicos*, *intelectuais científicos* e, até “intelectuais de província”, além dos mesmos *polivalentes*, ainda assim sua nomeação é exemplar.

Voltando-se ao “movimento folclórico”, capitaneado pela Comissão Nacional do Folclore (de 1947 a 1964, insiste-se), Vilhena percebe – no próprio momento de institucionalização das Ciências Sociais no Brasil – a instauração de uma rede intelectual (*network*) que buscava atrelar as diferentes regiões brasileiras com vistas à “definição de um caráter nacional ainda em constituição” (VILHENA, 1996). Assim, evitando as caracterizações ligeiras, o antropólogo reitera a importância do dito elemento regional na constituição de um saber acerca da sociedade brasileira, num “momento de *transição*”, pois “de surgimento dos primeiros esforços consistentes de romper com a tradição de intelectuais polivalentes que dominava a nossa vida intelectual” e de “consolidação de espaços institucionais a serem ocupados pela nossa *intelligentsia*”, para “produzir uma especialização” (VILHENA, 1995b, p. 19). Atentamente Vilhena observava que “estudar o movimento folclórico” não significaria,

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

em sua abordagem, “descrever um grupo de intelectuais *exóticos* de uma fase das Ciências Sociais” que já teria passado (VILHENA, 1995b, p. 14).

Com a noção de *intelectual regional*, Vilhena, através do foco no “movimento folclórico”, consegue historicizar as tensões do período – marcadas por disputas entre um “culturalismo dominado por um estilo de análise ensaístico e o de um esforço de interpretação sociológica da realidade nacional, a partir de um discurso acadêmico” (VILHENA, 1996) e as vinculações e veiculações entre os agentes – os intelectuais de diferentes matizes; “movimento folclórico” que, ao convocar “os intelectuais dos institutos e academias locais para construir uma imagem da nação unificada”, investiram ao *regional* “um lugar de destaque” (VILHENA, 1995, p. 324), tornando tais personagens agentes de produção de discursos identitários regionalizados.

Neste sentido, quer nos parecer, a categorização *intelectuais regionais* se transforma numa categoria de problematização e análise, permitindo entrever – para aquele momento – dilemas das próprias disputas intelectuais do país e da própria caracterização (e autocaracterização) de seus envolvidos.

A criação do Conselho Nacional do Folclore é coetânea à criação do CCEC de Ponta Grossa. E isto não é fortuito, pois se a do Conselho é reveladora das disputas apontadas acima, a do CCEC é também sintomática deste momento de tensões e redefinições daquilo que se pode chamar de *campo intelectual* brasileiro e aponta para um contexto de reelaboração de uma identidade regional, numa região assolada pelos processos de modernização estabelecidos pela década de 1950.

A medida que o CCEC reivindica atenção ao “interior” do país, faz eco às tensões entre posições marcadas por uma cultura ensaísta - mais ligada aos chamados “homens de letras” e “intelectuais polivalentes” – e a cultura da ciência que se institucionalizava, via universidades.

Os integrantes do CCEC foram, nesse sentido, *intelectuais regionais* e como tal devem ser problematizados, pois grande parte de sua sanha se voltou à elaboração de um discurso de identidade local/regional; elaboração que deixa entrever suas dúvidas, dívidas, empréstimos e apropriações também *intelectuais*. Tratá-los como tais – *intelectuais regionais* – não deve supor exaltação ou a constatação de mero atraso, mas, ao contrário, deve possibilitar inseri-los numa complexidade que é histórica e social e

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

que, talvez, venha permitir pensá-los nos escorregadios “estratos” e “camadas” que compuseram (e compõem) a História Intelectual.

Tendo isso em vista e voltando às observações de Miceli, entendemos que outro ponto fundamental diz respeito às próprias tensões, no seio do campo historiográfico, ao que se refere ao *lugar* da História Regional. Tensões que, se pode aventar, são também responsáveis pela pouca atenção aos ditos *intelectuais regionais* ou, mesmo, seu apagamento.

Não há aqui intenção ou possibilidade de se recuperar a trajetória dessas tensões, entre a historiografia de apelo regional e uma historiografia de dimensão (espécie de *centralismo*) nacional⁶. Contudo, cabe ressaltar que parece ter havido uma reavaliação crítica nessas últimas quatro décadas em torno dessas disputas, problematizando possíveis vinculações. Nesse sentido, merece destaque, entre outros – por exemplo – a coletânea organizada por Marcos Antonio da Silva, *República em Migalhas: história local e regional*, publicada em 1990⁷. Faz-se necessário notar que nesse período, além de novas demandas e questões postas pela própria realidade social, em função – entre outras – de novas configurações e arranjos políticos e de poder e de planos e/ou projetos econômicos, viu-se, também, novas confrontações e novos modos de fazer historiográficos impondo-se no campo disciplinar. Assim, se de um lado, o debate em torno do lugar do regional em relação às políticas de globalização (ou acerca de aspectos de desenvolvimento regional em decorrência de políticas adotadas, no Brasil, principalmente entre 2003 e 2011⁸) implicou na formulação de novos problemas, também a que se atentar, por outro, para ampliação dos usos da história e para o reconhecimento dos *lugares de memória* e das políticas de patrimônio em relação aos saber/fazer historiográfico. Ambos os aspectos, enfim, sugerem novas perguntas, suscitando outras possibilidades e novas compreensões em torno do significado do *regional*.

De todo modo, como percebido nesse processo de reavaliação acerca do regional e como uma espécie de ponto de partida é a própria necessidade de se reavaliar o

⁶ Sobre a questão do centralismo historiográfico da história nacional, ainda que com ênfase, no caso mexicano, ver: SERRANO ÁLVAREZ (2001).

⁷ Além da discussão em relação à historiografia brasileira, há longo debate no que poderia chamar de história latino-americana. Veja-se, por exemplo, TARACENA ARRIOLA (2008)

⁸ Sobre isso, ver: BIANCARELLI, 2014.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

conceito de região, rompendo definitivamente com as acepções deterministas e/ou naturalistas – tomam-na como determinada *naturalmente* – definindo-a como uma espécie de conjunto “relativamente homogêneo de elementos naturais” (AMADO, 1990, p.). Se, desde muito, a própria geografia vem revendo essa – originalmente - sua categoria, cabe também redimensionar historiograficamente a categoria, motivando diálogos com aspectos evidenciados presentemente no campo.

Inspirando-se em Van Young – de que a região é uma hipótese por demonstrar – Leoni (2015) alerta para que o conceito de região deva ser obtido a partir de resultados de investigação e não de forma apriorística: “la definición de región depende de la especificidad de la realidad histórica que se aborda; es entonces cuando se determina espacial y temporalmente (LEONI, 2015, p. 171). Assim,

La región puede definirse a través de los espacios de circulación de bienes y personas, del desarrollo y dinámica de los mercados, de las articulaciones y relaciones de interdependencia, especializaciones, estructuras sociales y de poder, modalidades de acumulación, formación de clases y sistemas de dominación, con una mirada holística que supera la fragmentación entre historias sectoriales (LEONI, 2015, p. 177).

– SOBRE POSSIBILIDADES

Portanto, faz-se crucial observar que a noção de região/regional (bem como a de *local*) não deve ser tomada num sentido meramente *geográfico* – ou uma mera “generalização geográfica” (CHIARAMONTE, 2008) – ou como um dado “em si”, autonomamente independente dos discursos que a definem. Neste sentido, e recuperando o já observado, talvez o que se faça mais interessante, e de forma imediata, é se evitar o emprego da categoria de forma apriorística, fechada ou absoluta, reconhecendo, sim, sua multiplicidade e possibilidades (GOMES, 2000).

A concordar com Van Young,

(...) la falta de una definición suficientemente rigurosa de las regiones (o, mejor dicho, de una serie definida de cuestiones) puede haber conducido a una cierta confusión entre regionalidad – la cualidad de ser de una región – y regionalismo, la identificación conciente, cultural, política y sentimental, que grandes grupos de personas desarrollan con ciertos espacios a través del tiempo (Van Young, 1987, p. 258).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Creemos que aí se inscreva possibilidades de interesse e problematizações para a História Intelectual, pois cabe a ela justamente se voltar a este processo – conceitual – de *instauração* de sentido em torno da noção, questionando as tradições que a informam e fundamentam (ALBUQUERQUE JR., 2008a), pois se pode haver alguma vitalidade em tal noção, estas decorrem, justamente, dos seus processos de construção (de *invenção*) e de como mobilizam diferentes ideias e significados e sugerem disputas. Portanto, o regional não pode ser um mero atributo geográfico, um “referente identitário que existiria per se, ora como um recorte dado pela natureza, ora como um recorte político-administrativo, ora como um recorte cultural, mas que parece não ser fruto de um dado processo histórico” (ALBUQUERQUE JR., 2008b, p. 55).

Dado que os “intelectuales han jugado un papel determinante en la tarea simbólica de construcción de la región (...) construcción intelectual de un espacio al cual se le asignan características específicas” (LEONI, 2015, p. 171), teríamos aqui, entende-se, uma justificativa sobre a importância de se atentar para a dita produção *regionalista*, responsável pelo exercício de instauração de discursos histórico-identitários devotados à exaltação da *região*, motivadores/fundamentadores de *regionalismos* – na luta das representações (BOURDIEU, 1989). Portanto, “resulta fructífero el análisis de los agentes productores de discursos regionalistas y provincialistas, pues los intelectuales/notables/hombres de ideas/productores culturales - según como se prefiera denominarlos - de provincia han jugado un papel determinante en la tarea simbólica de construcción de los regionalismos y provincialismos” (LEONI, 2021, p. 27). Neste mesmo sentido, cabe lembrar a observação de Miceli, posta acima, de que estes “intelectuais amadores” estavam motivados a “construir uma imagem da nação dando destaque à presença do regional” (MICELI, 1998). Creemos que aí também se enunciem possibilidades de novos problemas para uma agenda de pesquisa entre a temática *intelectuais regionais* e a História Intelectual, pois concordando com Leoni, pode ser, sim, frutífera a análise acerca desses agentes e sua produção, posto que atuaram sobre a construção discursivo-simbólica de identidades regionais, tensionando com outros agentes e perspectivas, em campos (político, cultural, simbólico) de disputa, objetivando inserir tal identidade nas narrativas de dimensão nacional.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Em função da ampla gama de possibilidades postas por novas perspectivas de trabalho da História Intelectual – como, por exemplo, a noção de intelectuais mediadores (GOMES; HANSEN, 2016) para pensarmos o *papel e lugar* desses intelectuais regionais – e de suas vinculações com abordagens renovadas da História Política, pode-se aqui imaginar a ampliação do entendimento desses atores revisitando-se velhas questões. Como consideração final, para encerrar tal comunicação, apontamos, brevemente, uma dessas questões, ou seria melhor dizer *um problema*, o do *regionalismo* – pensado como uma *instância de mediação*, isto é, “uma instância de mediação com a nação e como arma utilizada nas disputas com as outras unidades políticas junto ao poder central” (NEDEL, 2005, p. 3)

Tema fundamental à historiografia literária, o *regionalismo* – “la identificación conciente, cultural, política y sentimental, que grandes grupos de personas desarrollan con ciertos espacios a través del tiempo” (VAN YOUNG, 1987, p. 258) – parece se revelar um campo fecundo às inserções da História Intelectual. Se o *regionalismo*, concordando-se com Taracena Arriola (2008), “implica inventar y reinventar la *región*, apoyándose en fuentes históricas, mitos, leyendas, tradiciones y dimensiones geográficas, y asimismo dirigir y buscar regenerar a la comunidad regional” e cuja origem pressupõe um condicionamento, a “preexistência de um sentido de nacionalidade” (MURARI, 2008), cabe a História Intelectual visitar o tema tratando-o – “bourdianamente” – como um poder simbólico, um *fenômeno de linguagem*, revelador de *sentidos e disputas*, apontando para as diferentes arenas de lutas, seja em termos de modalidades de escrita histórica, seja em relação aquilo que se falava antes, da vinculação com a noção de nacionalidade. Não se pode esquecer que o regionalismo (eria melhor falar em *regionalismos*?) é revelador das formas de inserção (ou não inserção, de resistência) a processos de modernização, sendo, portanto, um fenômeno moderno e, por conseguinte, urbano. Caracterizado como um “conjunto de retalhos que arma o todo nacional”, (COUTINHO, 1995, p. 205), a questão, hoje, seria mais a de pensar a pluralidade desse *fenômeno* e de suas experiências do que se buscar uma realidade única, indivisa ou homogênea. Talvez com isso se consiga projetar novas luzes sobre questões ainda candentes e que interpelam o próprio presente, revelando a permanência de discursos conservadores e elitizantes entranhados no imaginário social

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

brasileiro, resultantes das especificidades de circunstâncias históricas e dos modos de enfrentamento destas.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz de. Receitas regionais: a noção de região como um ingrediente da historiografia brasileira ou o regionalismo como modo de preparo historiográfico. **XIII Encontro de História Anpuh-Rio**. Rio de Janeiro, 2008(a).

ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz de. Objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. **Fronteiras**, Dourados-MS, v. 10, n. 17, p. 55-67, jan./jun. 2008(b).

AMADO, Janaína. História e região: reconhecendo e construindo espaços. In. SILVA, Marcos A. da (org.). **República em migalhas: história local e regional**. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1990. p. 7-16.

BIANCARELLI, André M. A Era Lula e sua questão econômica principal crescimento, mercado interno e distribuição de renda. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 58, p. 263-288, jun. 2014.

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: _____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. p. 107-132.

CANDIDO, A. A sociologia no Brasil. **Tempo Social**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 271-301, junho 2006.

CHIARAMONTE, J. C. Sobre el uso historiográfico del concepto de región. **Estudios Sociales**, Santa Fe, año XVIII, N° 35, p. 7-21, 2008.

COUTINHO, Afrânio. **Introdução à Literatura no Brasil**. 16. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1995.

IBGE. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**, v. XXXI. Rio de Janeiro, 1959.

GOMES, Angela Maria de Castro ; HANSEN, Patricia Santos. Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo. In. _____. (orgs). **Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 7-37.

GOMES, Paulo C. da Costa. O conceito de região e sua discussão. In. CASTRO, Iná E. et al (orgs). **Geografia: conceitos e temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 49-76.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

GOMES, J. **Descrição bibliográfica do Acervo do Centro Cultural Euclides da Cunha** (1948-1985): Caderno 1 – Descrição bibliográfica – Acervo CCEC. Ponta Grossa: CDPH/UEPG, 2012.

GUEBERT, Caroline A. **Da intelectualidade princesina, o coração do Brasil: trajetória, sociabilidades cívico-letradas e a plasticidade do sertão imaginado no círculo euclidiano** (Paraná, meados do século XX). 2018. Dissertação (Mestrado em História) – UFPR, Curitiba, 2018.

KARVAT, E. C. **Intelectuais Regionais: observações em torno de uma categoria histórica e sociológica**. In: IX Congresso Internacional de História. Maringá, 2019, Maringá. **Anais do IX Congresso Internacional de História**. Maringá: UEM, 2019.

LEONI, María Silvia. **Historia y región: la historia regional de cara al siglo XX. Folia histórica del nordeste**, Resistencia/Chaco, n° 24, pp. 169-180, dic. 2015.

LEONI, María Silvia. **¿Qué es la historia regional? Problemas y perspectivas**. **Maracanan**, n. 26, p. 23-29, jan.-abr. 2021.

MICELI, Sérgio. **A disciplina de amor**. **Jornal de resenhas**, 1998. Disponível em: <<http://jornalderesenas.com.br/resenha/disciplina-de-amor/>>. Acesso em : 10 dez. 2020.

MURARI, Luciana. **“Um plano superior de pátria”: o nacional e o regional na literatura brasileira da República Velha**. **Anais do XI Congresso Internacional da ABRALIC: Tessituras, Interações, Convergências**. São Paulo: Abralic, jul. 2008. Disponível em: <https://abralic.org.br/eventos/cong2008/AnaisOnline/simposios/pdf/040/LUCIANA_MURARI.pdf>. Acesso em: 10 maio 2021.

NEDEL, Leticia Borges. **Um passado novo para uma história em crise: regionalismo e folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965)**. Tese (Doutorado em História) – UnB; Brasília, 2005.

PASOLINI, Ricardo. **La historia intelectual desde su dimensión regional: algunas reflexiones**. **Prismas**, Bernal, n. 17, p. 187-192, 2003.

SERRANO ÁLVAREZ, Pablo. **Interpretaciones de la historiografía regional y local mexicana, 1968-1999: los retos teóricos, metodológicos y líneas de investigación**. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 6, n.2 , p. 113-125, inverno de 2001.

SILVA, Marcos A. da (org.). **República em migalhas: história local e regional**. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1990

SIRINELLI, Jean-François. **Os intelectuais**. In: Rémond, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996. p. 231-269.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

TARACENA ARRIOLA, A. Propuesta de definición histórica para región. **Estudios de Historia Moderna y Contemporánea de México**, México, n. 35, p. 181-204, enero-junio 2008.

VAN YOUNG, Eric. Haciendo historia regional: consideraciones metodológicas y teóricas. **Anuario IEHS: Instituto de Estudios histórico sociales**, n. 2, 1987, págs. 255-281.

VILHENA, Luís Rodolfo. **Entre o regional e o nacional: folcloristas na década de 1950**. Texto apresentado ao XIX Encontro Anual da ANPOCS, outubro de 1995(a). Disponível em < <https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/19-encontro-anual-da-anpocs/gt-18/gt13-6/7632-luisvilhena-entre/file>>. Acesso em 01 set. 2019.

VILHENA, Luís Rodolfo da Paixão. **Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)**. Rio de Janeiro, 1995(b). 441 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional/PPGAS UFRJ.

VILHENA, Luís Rodolfo. Os intelectuais regionais: os estudos de folclore e o campo das Ciências Sociais nos anos 50. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 11, n. 32, out. 1996.

Disponível em <<https://sites.google.com/site/luisrodolfovilhena/home>>. Acesso em 10 set. 2019.

VILHENA, Luís Rodolfo da Paixão. **Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)**. Rio de Janeiro: Funarte: FGV, 1997.